

## Bancada do agro tenta destravar projeto de renegociação de dívidas rurais na Câmara

Parlamentares da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) se reuniram nesta terça-feira (23) com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), para defender a aprovação do projeto que cria condições especiais para a renegociação de dívidas rurais. O grupo busca acelerar a tramitação da proposta e contestar as estimativas do governo sobre o impacto fiscal da medida, argumentando que o texto tem caráter autorizativo e não obriga a execução imediata dos recursos.

Enquanto os ministérios da Fazenda e do Planejamento calculam um custo de até R\$ 140 bilhões ao longo de 13 anos, a FPA estima um impacto de cerca de R\$ 65 bilhões no mesmo período. A proposta prevê alongamento dos prazos de pagamento, juros reduzidos e período de carência para produtores rurais, além da possibilidade de utilização de recursos do Fundo Social

do Pré-Sal para viabilizar as operações. A matéria já foi aprovada pelo Senado e retornou à Câmara após ter seu alcance ampliado. Inicialmente voltado a produtores afetados por eventos climáticos, o texto passou a contemplar agricultores e cooperativas que registraram perdas de pelo menos 30% da renda bruta esperada em duas ou mais safras entre 2019 e 2025, mediante comprovação por laudo técnico. Apesar de considerar positiva a conversa com a bancada ruralista, Hugo Motta ainda não assumiu compromisso de pautar a proposta para votação. Técnicos da Câmara, do Executivo e da FPA devem elaborar um parecer conjunto nos próximos dias, enquanto os defensores do projeto tentam garantir a análise do texto antes do início do recesso parlamentar, marcado para 18 de julho.

## Política criada pelo Senado ajuda vítimas de violência a reconstruir a vida

Criada em 2016, a política de reserva de vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade por violência doméstica completou dez anos no Senado Federal e se consolidou como referência para outras instituições públicas. A iniciativa garante que contratos terceirizados com pelo menos 55 postos de trabalho reservem 2% das vagas para mulheres atendidas pela rede de proteção, oferecendo oportunidades de emprego e autonomia financeira para romper ciclos de violência. A medida surgiu após servidores do Senado identificarem que a dependência econômica era um dos principais fatores que levavam muitas vítimas a permanecerem com seus agressores. "Entre viver uma situação de violência e ter condições financeiras para sustentar os filhos, muitas optavam por permanecer

nessa realidade para evitar que eles passassem necessidade", afirmou a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka. Atualmente, a seleção das candidatas é feita em parceria com a Secretaria da Mulher do Distrito Federal, preservando o anonimato das beneficiadas e garantindo proteção durante o processo de reinserção no mercado de trabalho. A experiência inspirou a ampliação da política para toda a administração pública federal por meio de decreto publicado em 2023. Histórias como a de Jaqueline Couto, que ingressou no Senado pela cota e hoje é formada e pós-graduada, ilustram os resultados da iniciativa. "Quem muda uma vida, muda a humanidade. Quem transforma muitas vidas altera a realidade de famílias inteiras", destacou Ilana Trombka ao defender a continuidade da política.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL DO NORTE/MA PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2026 AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Capinzal do Norte/MA, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 09/2026, Processo Administrativo nº 49/2026, do tipo Menor Preço Por Item, que tem como objeto o Registro de preços para futura aquisição de medicamentos destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Capinzal do Norte/MA., com data de abertura dia 13/07/2026, às 09h30min. A Licitação será regida pela Lei nº. 14.133/21 e suas alterações. O Edital poderá ser consultado e obtido GRATUITAMENTE na sala da Comissão Permanente de Licitações, localizado na Avenida Lindolfo Flório, s/nº, Vista Alegre, Capinzal do Norte, Maranhão, CEP - 65.735-000, de segunda a sexta-feira 08h00min às 12h00min ou através do e-mail: cpl@capinzaldonorte.ma.gov.br, sítio: https://www.capinzaldonorte.ma.gov.br, SINC-Contrata/TCEMA e ainda https://www.comprascapinzaldonortema.com.br/. Eliane Felix Almeida Paiva – Pregoeira. Capinzal do Norte/MA, 23 de junho de 2026.

### VENDE-SE CASA

SITUADA NA AVENIDA 14, Q.3 Nº 12 - MAIOBÃO,  
PAÇO DO LUMIAR-MA  
O TERRENO MEDE 12X35 m  
PREÇO: R\$ 360.000,00 - CONTATO:(98)99944-7210

## Operação da PF apura fraude bilionária ligada ao Banco Digimais, do bispo Edir Macedo

DIVULGAÇÃO

A Polícia Federal deflagrou nesta terça-feira (23) a Operação Miragem para investigar suspeitas de fraude contábil e gestão irregular envolvendo o Banco Digimais. A Justiça determinou o bloqueio de R\$ 670 milhões em bens e ativos de investigados, entre eles dirigentes da instituição financeira e representantes de empresas ligadas à administração de fundos de investimento. Segundo a PF, o grupo é suspeito de utilizar estruturas financeiras para ocultar prejuízos e inflar artificialmente o patrimônio do banco. As investigações apontam que, após uma mudança de controle, a instituição ampliou operações de crédito consignado e financiamento de veículos, mas passou a enfrentar deterioração financeira, intensificando a emissão de CDBs com remuneração superior a 110% do CDI. Os investigadores também apuram a exposição do Digimais a carteiras de crédito



A Polícia Federal investiga o Banco Digimais, do bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus

relacionadas ao Banco Master, cuja liquidação extrajudicial foi decretada em 2025. De acordo com a Polícia Federal, essa exposição pode ter alcançado cerca de R\$ 600 milhões, aumentando os riscos financeiros da instituição. A principal suspeita envolve

a superavaliação de ativos inseridos em fundos administrados por empresas parceiras. Conforme a investigação, ativos adquiridos por aproximadamente R\$ 71 milhões teriam sido reavaliados sucessivamente até atingir valor próximo de

R\$ 741 milhões, elevando artificialmente o patrimônio contabilizado do banco. A PF investiga possíveis crimes de gestão fraudulenta e falsidade em demonstrações contábeis, enquanto a defesa dos investigados ainda não se manifestou.

## Justiça dos EUA autoriza AGU a atuar em ação contra Alexandre de Moraes

DIVULGAÇÃO

A Justiça dos Estados Unidos aceitou nesta terça-feira (23) o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) para atuar no processo movido pelas plataformas Rumble e Trump Media contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Com a decisão, fica suspensa a possibilidade de revelia do magistrado por não ter indicado defesa no caso que tramita na Justiça da Flórida. A AGU havia solicitado sua habilitação na ação na semana passada, argumentando que a participação do órgão é necessária para resguardar a soberania do Estado brasileiro. Segundo a instituição, agentes públicos



O ministro Alexandre de Moraes é acusado de determinar a suspensão de perfis de brasileiros que moram nos Estados Unidos, entre eles o blogueiro Allan dos Santos

não podem ser submetidos diretamente à jurisdição de tribunais estrangeiros por atos praticados no exercício de suas funções sem o consentimento formal do Estado brasileiro. No processo, as empresas acusam Moraes de determinar o bloqueio de perfis de brasileiros residentes nos Estados Unidos, entre eles o blogueiro Allan dos Santos, investigado por supostos ataques às instituições democráticas. No mês passado, a Justiça norte-americana autorizou que o ministro fosse notificado por e-mail, após o Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitar um pedido do Rumble para realizar a intimação por carta rogatória.

## Defesa acusa PGR de travar delação de ex-presidente do BRB

A defesa do ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, solicitou ao ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), a revogação de sua prisão preventiva. Preso desde abril no âmbito da Operação Compliance Zero, o executivo alega que busca colaborar com as investigações por meio de um acordo de delação

premiada, mas afirma não ter recebido uma resposta formal da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre a proposta apresentada. Segundo os advogados, as negociações com o Ministério Público seguem sem definição desde abril. A defesa sustenta que Paulo Henrique Costa nunca foi interrogado desde o início da operação, em novembro de

2025, e argumenta que ele tentou antecipar informações relevantes aos investigadores. Nos bastidores, porém, integrantes do Ministério Público avaliam que os elementos oferecidos pelo ex-dirigente não acrescentariam fatos novos às apurações nem envolveriam confissões de crimes. No pedido encaminhado ao Supremo, a defesa

também afirma que não há justificativa para manter a prisão preventiva, destacando que Costa foi afastado da presidência do BRB ainda em 2025 e não teria mais condições de influenciar os fatos investigados. Caso o pedido de liberdade seja negado, os advogados solicitam a substituição da prisão por prisão domiciliar.

## INSS amplia exigência de biometria para aposentadorias, auxílios e BPC

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passará a exigir cadastro biométrico para a concessão de benefícios previdenciários e assistenciais solicitados a partir de 21 de novembro de 2025. A medida, publicada nesta terça-feira (23) no Diário Oficial da União, valerá para aposentadorias, auxílios e o Benefício de

Prestação Continuada (BPC/Loas), com o objetivo de reforçar a confirmação da identidade dos beneficiários e evitar fraudes. Para obter o benefício, o cidadão deverá ter registro biométrico em bases oficiais do governo, como a Carteira de Identidade Nacional (CIN), o título de eleitor ou a Carteira

Nacional de Habilitação (CNH). A exigência já era aplicada aos pedidos de BPC desde setembro de 2024 e agora será ampliada para outros benefícios administrados pelo instituto. A portaria prevê exceções para pessoas com mais de 80 anos, migrantes, refugiados, brasileiros residentes no

exterior, cidadãos com dificuldade de locomoção por motivos de saúde ou deficiência e moradores de localidades de difícil acesso. Também ficam dispensados da obrigatoriedade os requerentes de salário-maternidade, benefício por incapacidade temporária e pensão por morte.